

# 4º RELATÓRIO DE ANDAMENTOS E INCIDENTES PROCESSUAIS

Período: 20/03/2025 a 22/04/2025

Apresentado aos autos do processo Recuperação Judicial n.º **0028233-83.2024.8.16.0021**, em trâmite perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel, estado do Paraná, ajuizada por (i) **Fazenda Bela Vista Holding Ltda.**; (ii) **Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.**; e, (iii) **Rosimar Valler**.



 **AUXILIA**  
CONSULTORES



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDP8 U6GCY T5TYF 5B3MA

I. RELATÓRIO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS – FEITO PRINCIPAL:

seq. da petição	Data da petição	Peticionante/Juízo	Conteúdo	A matéria foi decidida?	Status
1	17/07/2024	Grupo Bela Vista	Tutela Cautelar de Urgência em caráter antecedente ao pedido de Recuperação Judicial, formulada por <b>Rosimar Valler</b> (CPF nº 414.250.909-82), <b>Gilmar Goes</b> (CPF nº 409.243.279-87), <b>Valler e Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.</b> (CNPJ nº 32.597.321/0001-01) e <b>Fazenda Bela Vista Holding Ltda.</b> (CNPJ nº 41.850.309/0001-58).	Sim, à seq. 23.	✓
18	19/07/2024	Juízo	<p>Determinada a emenda da inicial:</p> <p>“[...] Em atenção ao art. 10 do Código de Processo Civil, intinem-se os autores para que, no prazo de 15 (quinze) dias esclareça:</p> <p>a) de que forma exercem o direito de posse, se por arrendamento, parceria rural, ou qualquer outra forma de negócio, sobre o imóvel de matrícula n. 1292 do Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri/PR;</p> <p>b) de que forma desenvolvem a atividade rural, e, neste caso, se os autores pessoas físicas são inscritos na Junta Comercial.</p> <p>Junte-se, na mesma oportunidade, o contrato de constituição da sociedade Gestão e Administração de Bens Ltda – consta somente as alterações contratuais (mov. 1.6/ 1.8), que nem mesmo observou o disposto no art. 198, Inc. II, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.</p> <p>Por fim, e considerando a escolha dos autores pelo procedimento da tutela cautelar em caráter antecedente, se manifestem os autores sobre a necessidade de incluir a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD – Sicredi Vale do Piquiri PR SP no polo passivo da demanda, bem como todos os credores que terão suas ações de execuções suspensas. [...]”</p>	-	✓

-  Sem pendência.
-  Observações da Administração Judicial.

21	22/07/2024	Grupo Bela Vista	<p>Emenda à Inicial, a qual contou com os seguintes esclarecimentos e informações:</p> <p>a) O imóvel objeto da cautelar, cf. seq. 1.89, "foi herdado pela Requerente Rosimar Valler de seus falecidos pais, Albino Valler e Maria Assenção Cibila Valler."</p> <p>b) "A atividade rural está essencialmente direcionada para o segmento da agricultura, tendo como principais culturas a soja e o milho, o que fazem em suas próprias terras, integralizadas nas empresas Autoras Valer e Goes e Fazenda Bela Vista, atuando em um grupo empresarial."</p> <p>c) "Possuem registro na Junta Comercial, sob o CNPJ nº. 56.008.534/0001-19 - Rosimar Valler EPP e CNPJ nº. 56.019.527/0001-12 - Gilmar Goes Agropecuária".</p> <p>d) "Foi juntada a Certidão de Inteiro Teor da empresa VALLER &amp; GOES - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, onde consta o contrato de constituição da sociedade, bem como todas as suas alterações".</p> <p>e) "Requerem pelo aditamento da inicial, para inclusão no polo passivo da presente demanda a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD – Sicredi Vale do Piquiri PR SP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 81.099.491/0001-71, com sua sede na Avenida Presidente Kennedy n. 2.268, Jardim Itália, na cidade de Palotina/PR, CEP 85.950-000, tendo em vista que a iminente ameaça de consolidação da propriedade que se visa alcançar com a presente ação foi promovida por ela."</p>	Sim, à seq. 23.	✓
23	23/07/2024	Juízo	Deferida a tutela de urgência para determinar a suspensão da consolidação da propriedade do imóvel de matrícula sob o n. 1.292 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Piquiri/PR, referente às dívidas contraídas com a Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri. Deferida, ainda, a antecipação dos efeitos do <i>stay period</i> , pelo prazo de 30 dias, até que a emenda da petição inicial com o pedido de recuperação judicial seja apresentada.	-	✓
45	06/08/2024	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Informa a suspensão da consolidação da propriedade do imóvel matrícula 1.292 do CRI de Alto Piquiri/PR, com o consequente cumprimento da liminar concedida à seq. 23.	-	✓



46	12/08/2024	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Apresentada Contestação, para o fim de requerer a improcedência da cautelar.	Sim, à seq. 89.	✓
50	16/08/2024	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Informa a interposição de recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão de seq. 23.	-	✓
54	28/08/2024	Grupo Bela Vista	Pedido de Recuperação Judicial formulado por <b>Rosimar Valler</b> (empresária individual inscrita no CNPJ nº 56.088.534/0001-19), <b>Gilmar Goes</b> (empresário individual inscrito no CNPJ nº 56.019.527/0001-12), <b>Valler e Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.</b> (CNPJ nº 32.597.321/0001-01) e <b>Fazenda Bela Vista Holding Ltda.</b> (CNPJ nº 41.850.309/0001-58).	Sim, à seq. 126.	✓
56	29/08/2024	Grupo Bela Vista	Impugnação à Contestação de seq. 46.	Sim, à seq. 89	✓
57	02/09/2024	Juízo	Mantida a decisão agravada à seq. 50. Recebida a emenda de seq. 54 e determinada a alteração da classe processual para "Recuperação Judicial". Nomeada a perita Auxilia Consultores para elaboração de Laudo de Constatação Prévia.	-	✓
67	09/09/2024	Fábio Oliveira Terra	Requer que os imóveis de matrícula 1954, 12.345, 15.921 e 15.923 não componham o ativo da sociedade empresária requerente Valler e Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda., por tratarem-se de bens pertencentes à terceiros. Requer a intimação da requerente Rosimar Valler para que se manifeste quanto ao encaminhamento a registro da "sexta alteração do contrato social da Fazenda Bela Vista Holding Ltda".	Sim, à seq. 89	✓
71	16/09/2024	Auxilia Consultores Ltda.	Apresentação de Laudo de Constatação Prévia, o qual concluiu pela deficiência da documentação que instruiu o pedido de Recuperação Judicial.	-	✓



75	19/09/2024	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Opostos <u>Embargos de Declaração</u> contra a decisão de seq. 57, que recebeu a Emenda à Inicial de seq. 54 e alterou a classe processual para "Recuperação Judicial".	Sim, à seq. 89.	✓
83	27/09/2024	Grupo Bela Vista	Apresentado contraditório à petição formulada por Fábio Oliveira Terra à seq. 67. Requereu-se o indeferimento dos pedidos formulados petição contestado, relativos à alteração dos contratos sociais das Devedoras postulantes, bem como a declaração de nulidade das escrituras públicas que instruíram o requerimento de seq. 67.	Sim, à seq. 89.	✓
87	02/10/2024	Valéria Aparecida Valler e Rômulo Danilo Marques Valler	Manifestação requerendo o reconhecimento da legalidade da transferência das matrículas de nº 1.954, 1.955 e 1.956.	Sim, à seq. 89.	✓
89	03/10/2024	Juízo	<p>Decisão:</p> <p>a) Conhecidos os Embargos de Declaração de seq. 75 e, no mérito, negado provimento ao recurso;</p> <p>b) Não conhecidas as questões suscitadas às seqs. 83 e 87, pois estranhas ao objeto da demanda recuperacional;</p> <p>c) Em relação à legalidade da transferência de imóveis, matéria esta levantada à seq. 67 e 88, consignou-se que a questão será apreciada somente em caso de deferimento do processamento da recuperação judicial.</p> <p>d) Julgado procedente o pedido de tutela cautelar em caráter antecedente formulado; e,</p> <p>e) Determinada a intimação dos autores para apresentação da documentação faltante apontada no laudo de constatação de seq. 71.</p>	-	✓
100	21/10/2024	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Opostos <u>Embargos de Declaração</u> contra a decisão de seq. 89, que julgou procedente o pedido de tutela cautelar em caráter antecedente.	Sim, à seq. 119.	✓
105	25/10/2024	Gilmar Goes	Gilmar Goes informa que não participará ativamente do processo de recuperação judicial, bem como destaca que as sociedades empresárias Postulantes tratam-se de "cofres" que guarnecem os bens imóveis e móveis, não exercendo atividade empresarial a ser recuperada. Ao final,	Sim, à seq. 126.	✓



		destaca que não se opõe à alienação de bens das holdings para saldar o passivo contraído no CPF dos produtores rurais.		
108	29/10/2024	Grupo Bela Vista	Apresentada Emenda à Inicial, a fim de acostar ao feito a documentação apontada como faltante no laudo de constatação prévia de seq. 71.	Sim, à seq. 126. ✓
116	08/11/2024	Grupo Bela Vista	Contrarrazões aos Embargos de Declaração de seq. 100.	Sim, à seq. 119. ✓
117	11/11/2024	Auxilia Consultores Ltda.	<p>Manifestação da Perita:</p> <p>a) Opina pela homologação da desistência formulada por Gilmar Goes, passando-se, então, a compor o polo ativo, apenas Valler &amp; Góes – Gestão e Administração de Bens Ltda, Fazenda Bela Vista – Holding Ltda e Rosimar Valler;</p> <p>b) Entende que a documentação apresentada na Emenda de seq. 108, em conjunto com os fornecidos administrativamente à Perita e acostados na oportunidade, atendem substancialmente aos requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, possibilitando, assim, o deferimento do processamento da recuperação judicial.</p>	Sim, à seq. 126. ✓
119	25/11/2024	Juízo	Decisão conhecendo os Embargos de Declaração de seq. 100 e, no mérito, negando provimento ao recurso.	- ✓
126	29/11/2024	Juízo	<p>Decisão:</p> <p>a) Homologado o requerimento de desistência formulado por GILMAR GOES e, com relação a ele, julgado extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil;</p> <p>b) Deferido o processamento do pedido de recuperação judicial formulado por Valler &amp; Góes – Gestão e Administração de Bens Ltda, Fazenda Bela Vista – Holding Ltda e Rosimar Valler, em regime de consolidação substancial;</p> <p>c) Reconhecida a essencialidade dos imóveis matriculados sob os nºs 2097, 2112, 380, 1368, 2956, 617, 8523, 2096, 2095, 1292, 460 e 3862 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, os quais deverão ser mantidos na posse dos devedores durante o stay period.</p>	- ✓



137	09/12/2024	Banco Santander S/A	Opostos Embargos de Declaração contra a decisão de seq. 126, que deferiu o deferimento do processamento da recuperação judicial.	Sim, à seq. 200	✓
152	12/12/2024	Auxilia Consultores	Termo de Compromisso da Administradora Judicial nomeada.	-	✓
155	16/12/2024	Auxilia Consultores	Informa a apresentação da minuta do edital a que se refere o art. 52, § 1º, LREF, bem como o envio das correspondências de comunicação do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do art. 22, I, "a", da LREF. Requerida a fixação de honorários provisórios e pelo levantamento do sigilo atribuído ao feito.	Sim, à seq. 200	✓
156	16/12/2024	Gilmar Goes	Opostos Embargos de Declaração contra a decisão de seq. 126, que homologou a desistência de Gilmar Goes do feito recuperacional, a fim de que o Embargante prossiga no polo ativo da recuperação judicial.	Sim, à seq. 200	✓
169	17/01/2025	Auxilia Consultores	<p>Parecer da Administração Judicial quanto aos Aclaratórios opostos por Gilmar Goes à seq. 156, nos seguintes termos:</p> <p>"Embora a decisão que homologou a desistência do Embargante na composição do polo ativo não apresente vício sanável por meio dos aclaratórios opostos, considerando o estágio inicial do processo, o retorno ao polo ativo pode ser admitido, desde que sejam rigorosamente cumpridas as condições mencionadas no item II, especialmente a complementação documental e a cooperação efetiva no andamento do feito. Importante que ele fique ciente, também, que esta postura temerária pode vir a configurar ato atentatório a dignidade da justiça, passível de multa baseada no valor da causa."</p>	Sim, à seq. 200	✓


**Período: 17/01/2025 a 25/02/2025**



174	25/01/2025	Grupo Bela Vista	Apresentado acordo realizado entre Rosimar Valler e Gilmar Goes, nos autos sob o nº 0001044-67.2024.8.16.0042, em que houve a partilha dos bens entre o ex-cônjuges.	Sim, à seq. 200	✓
175	25/01/2025	Grupo Bela Vista	Contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos por Banco Santander S.A. no mov. 137.	Sim, à seq. 200	✓
176	28/01/2025	Grupo Bela Vista	Plano de Recuperação Judicial	-	⚠ No relatório de análise do PRJ, apresentado pela AJ ao ev. 187.3, foram destacadas inconsistências e pontos sensíveis. Aguarda-se manifestação das Devedoras a respeito, já intimadas para tanto.
179	30/01/2025	Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri	Informa a interposição de Agravo de Instrumento contra a r. decisão de seq. 126, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial e declarou a essencialidade dos imóveis matriculados sob os nºs 2097, 2112, 380, 1368, 2956, 617, 8523, 2096, 2095, 1292, 460 e 3862 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri.	-	✓
184	13/02/2025	Auxilia Consultores	<p>Manifestação da Administração Judicial, na qual foi requerido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O sobrestamento dos efeitos do Instrumento de Partilha, de ev. 174.2, enquanto perdurar o processo de recuperação judicial;</li> <li>b) A rejeição dos aclaratórios opostos ao ev. 156, impedindo-se o reingresso no polo ativo do sr. Gilmar Goes;</li> <li>c) A intimação das Devedoras para que regularizem a propriedade do imóvel de matrícula 3.862, caso ainda não o tenham feito e de demais outros que estejam em iguais condições;</li> <li>d) O reconhecimento da legalidade da transferência do imóvel de matrícula 1.954 em favor de Valéria e Rômulo Valler, considerando sua posse de boa-fé e a lavratura da escritura pública antes do pedido de recuperação judicial;</li> <li>e) O reconhecimento da ilegalidade das tentativas de transferência dos imóveis de matrículas 12.345, 15.921 e 15.923, registrados em nome da Valler &amp; Goes, constantes nos evs. 67.3 e 67.4, uma vez que as Escrituras Públicas foram lavradas após o ajuizamento da recuperação judicial, em afronta ao art. 66 da LREF;</li> </ul>	Sim, à seq. 200	✓





		<p>f) A rejeição dos aclaratórios opostos pelo Banco Santander ao ev. 137, uma vez que os requisitos previstos nos arts. 48 e 51, da LREF, foram devidamente preenchidos;</p> <p>g) O levantamento do segredo de justiça que recai sobre os autos, assegurando a publicidade e transparência a todos os interessados;</p> <p>h) A publicação do Edital minutado ao ev. 155.2;</p> <p>i) A homologação do orçamento apresentado ao ev. 155.</p> <p>Informou-se, ainda, que dentro do prazo de 15 dias, a contar da manifestação, será apresentado relatório ao PRJ de ev. 177, nos termos do art. 22, II, "h", da LREF.</p>		
14/02/2025	Valéria Aparecida Valler e Rômulo Danilo Marques Valler	Apresentadas matrículas dos imóveis nº 1954; 1955 e 1956, devidamente atualizadas, já titularizadas em nome de Valeria Aparecida Valler e Romulo Danillo Marques Valler.	Sim, à seq. 200	

**Período: 25/02/2025 a 19/03/2025**

187	26/02/2025	Auxilia Consultores	Relatório de Análise do Plano de Recuperação Judicial, apresentado em cumprimento ao prazo e ao contido no art. 22, II, "h", da LREF, concluindo-se pela necessária intimação das Devedoras para que se manifestem quanto às das inconsistências e pontos sensíveis destacados no relatório, bem como parecer quanto ao petitório de ev. 185.	-	⚠ Aguarda-se a manifestação das Devedoras acerca das inconsistências e dos pontos sensíveis apontados pela Administração Judicial.
188	26/02/2025	Marcio Adriano dos Santos	Márcio Adriano dos Santos, parceiro agrícola que realizou o plantio da soja nas propriedades da Fazenda Bela Vista, informa que a colheita da safra 2024/2025 foi concluída, totalizando 11.159,81 sacas de soja, das quais 3.905,93 sacas são destinadas ao pagamento da parceria agrícola. Destaca que, no entanto, há disputa entre Rosimar e Gilmar sobre a quem deve ser feito o pagamento, de modo que o Parceiro aguarda decisão do Juízo sobre o local e o beneficiário do depósito. Além disso, relata que Rosimar e Gilmar retiraram, sem sua anuência, maquinários essenciais da fazenda, descumprindo o contrato de parceria, e que a posse da sede da propriedade, prevista no contrato, não foi transferida. Diante disso, requer a definição sobre o depósito das sacas e registra os descumprimentos contratuais para eventual ação futura.	Sim, à seq. 200	✓




192	07/03/2025	Grupo Bela Vista	Informado o pagamento das custas para expedição de edital e para envio de ofícios.	-	Publicado em 07/04/2025 o edital a que se refere o art. 52, § 1º, LREF.
193	10/03/2025	Ofício	Expedição do ofício à Junta Comercial do Estado do Paraná comunicando o deferimento do processamento da Recuperação Judicial de Valler & Góes – Gestão e Administração de Bens Ltda, Fazenda Bela Vista – Holding Ltda e Rosimar Valler.	-	
194	10/03/2025	Ofício	Expedição do ofício à Receita Federal comunicando o deferimento do processamento da Recuperação Judicial de Valler & Góes – Gestão e Administração de Bens Ltda, Fazenda Bela Vista – Holding Ltda e Rosimar Valler.	-	

**Período: 20/03/2025 a 22/04/2025**

198	21/03/2025	Grupo Bela Vista	Requerida a determinação judicial para que o parceiro agrícola, Sr. Marcio Adriano dos Santos, cumpra integralmente sua obrigação contratual, efetuando o repasse do percentual devido às Devedoras, referente à safra de soja 2024/2025	Sim, à seq. 200	
200	24/03/2025	Juízo	<p>Decisão:</p> <p>a. Conhecidos os embargos de declaração de mov. 137.1 e, no mérito, acolhidos, diante de erro material na decisão embargada;</p> <p>b. Conhecidos os embargos de declaração de mov. 156.1 e, no mérito, rejeitados, por ausência de vício na decisão embargada;</p> <p>c. Fixada provisoriamente a remuneração da Administradora Judicial em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais;</p> <p>d. Determinada a intimação dos autores para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestem sobre o relatório de análise do Plano de Recuperação Judicial realizado pela Administradora Judicial (mov. 187.3), adequando-o se necessário;</p> <p>e. Determinada a publicação do edital apresentado no mov. 155.2;</p> <p>f. Determinadas, quanto à partilha de bens entre Rosimar e Gilmar:</p> <p>i. a intimação pessoal do Sr. Gilmar Góes para, em 15 (quinze) dias, apresentar justificativa e, se na posse dos maquinários, promovê-la a</p>	-	



		<p>restituição, sob pena de multa por ato atentatório à dignidade da justiça;</p> <p>ii. a expedição de ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, Maringá, Mandaguaçu e Umuarama para que se abstenham de registrar transferências de imóveis das Devedoras sem autorização judicial;</p> <p>iii. o envio de ofício à Vara de Família de Alto Piquiri, solicitando o sobrestamento dos efeitos de eventual decisão homologatória da partilha nos autos nº 0001044-67.2024.8.16.0042;</p> <p>g. Reconhecida, quanto ao contrato de permuta (ev. 67):</p> <p>i. a validade da transferência do imóvel de matrícula nº 1.954 a Valéria e Rômulo Valler, pela boa-fé e lavratura da escritura antes do ajuizamento da recuperação;</p> <p>ii. a invalidade das transferências dos imóveis de matrículas nºs 12.345, 15.921 e 15.923 à Fábio Oliveira Terra, por terem ocorrido após o pedido de recuperação judicial, em afronta ao art. 66 da LREF, determinando que tais bens permaneçam sob domínio das Devedoras até ulterior deliberação judicial ou encerramento da recuperação;</p> <p>h. Esclarecido que as controvérsias relativas ao contrato de parceria rural e eventual indenização por danos materiais não competem ao Juízo Recuperacional, devendo tramitar no juízo cível competente.</p>		
206	07/04/2025	<p>Cooperativa Sicredi Vale do Piquiri</p> <p>Manifestação da Cooperativa Sicredi nos seguintes termos:</p> <p>a. Alegada pela credora Cooperativa de Crédito Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP a utilização fraudulenta da recuperação judicial, com intuito de promover blindagem patrimonial em favor das Devedoras;</p> <p>b. Apontada a retirada irregular de maquinários, o desvio da safra de soja 2024/2025 e a partilha de bens entre os sócios Rosimar e Gilmar, sem autorização judicial, fatos que, segundo a credora, representariam risco iminente de esvaziamento patrimonial e prejuízo à efetividade do processo recuperacional;</p> <p>c. Mencionada a existência de contrato de permuta envolvendo bens das Devedoras em favor do sócio da Fazenda Bela Vista, Sr. Fábio Oliveira Terra, com lavratura de escrituras após o ajuizamento da recuperação judicial e sem prévia ciência do juízo, resultando em expressiva redução do acervo patrimonial;</p> <p>d. Requerida a intimação da Administradora Judicial para apuração urgente dos fatos relatados;</p> <p>e. Requerida a suspensão dos efeitos do termo de partilha;</p> <p>f. Requerido o indeferimento do processamento da recuperação judicial, com fundamento no art. 73, IV, da Lei nº 11.101/2005.</p>	-	<p></p> <p>Ao ev. 210 a Administradora Judicial manifestou-se acerca dos pontos levantados pelo Credor. Aguarda-se manifestação das Devedoras a respeito.</p>



210	08/04/2025	Auxilia Consultores	Manifestação da Administração Judicial: a. Registrada ciência quanto à decisão de mov. 200, especialmente no que se refere à fixação dos honorários provisórios da Administração Judicial; b. Apresentada manifestação quanto as alegações da credora Sicredi de evento 206, concluindo-se que os pontos levantados já foram integralmente apreciados pela decisão de mov. 200.	-	
213	10/04/2025	Gilmar Goes	Oposição de Embargos de Declaração contra o r. <i>decisum</i> de seq. 200.	-	 Resposta da Administração Judicial será apresentada no prazo concedido.
216	11/04/2025	Grupo Bela Vista	Requerida prorrogação de 10 dias para apresentação dos esclarecimentos e adequações ao Plano de Recuperação Judicial, conforme determinado em razão da análise da Administradora Judicial.	-	 Pende apreciação do d. Juízo quanto ao requerimento de dilação de prazo.
218	14/04/2025	Gilmar Goes	Comunicada a interposição de Agravo de Instrumento contra o r. <i>decisum</i> de seq. 200.	-	

II. RELATÓRIO INCIDENTE RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADE Nº 0048771-85.2024.8.16.0021

Ev.	Data evento	Conteúdo
9	31/01/2025	RMA – agosto a novembro/2024
21	27/02/2025	RMA – dezembro/2024 e janeiro/2025
25	03/04/2025	RMA – janeiro e fevereiro/2025

Maringá/PR, 22 de abril de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís Keder Camargo de Mendonça | OAB/PR 80.384

